



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO SET (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/10/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>3.158.989,92</b>	<b>-689.116,08</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>545.543,00</b>	<b>545.543,00</b>	<b>198.611,02</b>	<b>-346.931,98</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	145.329,00	145.329,00	137.822,82	-7.506,18
Valores Mobiliários	400.214,00	400.214,00	60.788,20	-339.425,80
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>915.859,00</b>	<b>915.859,00</b>	<b>721.477,25</b>	<b>-194.381,75</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>1.089.449,00</b>	<b>1.089.449,00</b>	<b>911.825,69</b>	<b>-177.623,31</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>1.284.106,00</b>	<b>1.284.106,00</b>	<b>1.188.457,69</b>	<b>-95.648,31</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.284.106,00	1.284.106,00	1.188.457,69	-95.648,31
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	<b>-14.935,67</b>	<b>-14.935,67</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>13.149,00</b>	<b>13.149,00</b>	<b>153.553,94</b>	<b>140.404,94</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	4.630,11	4.630,11
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.149,00	13.149,00	148.923,83	135.774,83
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO SET (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/10/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>3.158.989,92</b>	<b>-689.116,08</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>3.158.989,92</b>	<b>-689.116,08</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>209.042.577,06</b>	<b>209.042.577,06</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>212.201.566,98</b>	<b>208.353.460,98</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>237.986.253,00</b>	<b>246.013.001,00</b>	<b>207.053.331,72</b>	<b>173.234.069,77</b>	<b>169.235.829,21</b>	<b>38.959.669,28</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>179.555.102,00</b>	<b>187.513.992,00</b>	<b>154.730.535,73</b>	<b>133.328.257,60</b>	<b>133.328.257,60</b>	<b>32.783.456,27</b>
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>58.431.151,00</b>	<b>58.499.009,00</b>	<b>52.322.795,99</b>	<b>39.905.812,17</b>	<b>35.907.571,61</b>	<b>6.176.213,01</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.930.013,00</b>	<b>12.930.013,00</b>	<b>5.148.235,26</b>	<b>1.507.152,29</b>	<b>859.285,61</b>	<b>7.781.777,74</b>
<b>Investimentos</b>	<b>12.930.013,00</b>	<b>12.930.013,00</b>	<b>5.148.235,26</b>	<b>1.507.152,29</b>	<b>859.285,61</b>	<b>7.781.777,74</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>250.916.266,00</b>	<b>258.943.014,00</b>	<b>212.201.566,98</b>	<b>174.741.222,06</b>	<b>170.095.114,82</b>	<b>46.741.447,02</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO SET (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/10/2017

PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>250.916.266,00</b>	<b>258.943.014,00</b>	<b>212.201.566,98</b>	<b>174.741.222,06</b>	<b>170.095.114,82</b>	<b>46.741.447,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>250.916.266,00</b>	<b>258.943.014,00</b>	<b>212.201.566,98</b>	<b>174.741.222,06</b>	<b>170.095.114,82</b>	<b>46.741.447,02</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.484.031,16</b>	<b>11.899.364,81</b>	<b>10.950.816,02</b>	<b>10.690.298,87</b>	<b>409.222,06</b>	<b>3.283.875,04</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	3.532,65	-	-	3.532,65	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.484.031,16	11.895.832,16	10.950.816,02	10.690.298,87	405.689,41	3.283.875,04
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.381.226,26</b>	<b>15.184.035,14</b>	<b>15.268.524,24</b>	<b>14.819.966,46</b>	<b>7.495,06</b>	<b>6.737.799,88</b>
Investimentos	6.381.226,26	15.184.035,14	15.268.524,24	14.819.966,46	7.495,06	6.737.799,88
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.865.257,42</b>	<b>27.083.399,95</b>	<b>26.219.340,26</b>	<b>25.510.265,33</b>	<b>416.717,12</b>	<b>10.021.674,92</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.987,98</b>	<b>1.643.553,07</b>	<b>1.525.831,65</b>	<b>2.921,20</b>	<b>121.788,20</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	15.810,55	13.856,18	1.954,37	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.987,98	1.627.742,52	1.511.975,47	966,83	121.788,20
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>311.462,20</b>	<b>298.917,91</b>	<b>-</b>	<b>12.544,29</b>
Investimentos	-	311.462,20	298.917,91	-	12.544,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.987,98</b>	<b>1.955.015,27</b>	<b>1.824.749,56</b>	<b>2.921,20</b>	<b>134.332,49</b>

## **1- Estrutura institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, foi criado em 2008 pela lei nº 11.892, responsável pela criação dos institutos federais em todo o país. Assim, a instituição originou-se a partir da fusão de três antigas escolas agrotécnicas, localizadas nos municípios de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Essas três unidades tornaram-se campi, formando uma só instituição e assumindo um novo compromisso: o desenvolvimento regional por meio da excelência na educação profissional e tecnológica.

Para expandir sua atuação, foram instalados três novos campi nas cidades de Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre. Em 2013, o Instituto inaugurou uma nova etapa de sua expansão com a criação de campi avançados nos municípios de Carmo de Minas e Três Corações. Além dessa estrutura, também possui polos de rede em diversos municípios do sul de Minas Gerais.

Esses polos são instalados em parceria com as prefeituras, para a oferta de cursos a distância.

## **2- Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto - Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas dos *campi*: Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Reitoria.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

### **3- Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

#### **(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

#### **(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### **(c) Estoques**

Compreendem as mercadorias que compõe o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### **(d) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(f) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais. É registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de

uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### (g) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;

II. Orçamentário; e

III. Financeiro.

##### (g.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### (g.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### (g.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **4- Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário - BO**

#### **4.1 Receita realizada**

Em 30/09/2017, o Balanço Orçamentário do IFSULDEMINAS apresentou receitas realizadas no valor de R\$ 3.158.989,92 (Três milhões, cento e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos. Importante salientar que o déficit apresentado no valor de R\$ 209.042.577,06 (duzentos e nove milhões, quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e seis centavos), se deu em virtude do Balanço Orçamentário do IFSULDEMINAS somente contemplar as receitas diretamente arrecadadas pela própria instituição, excluindo-se as transferências recebidas da União e de outros órgãos. Tais transferências constituem a maior parte das receitas do IFSULDEMINAS. O superávit/déficit é apurado confrontando as receitas com as despesas apresentadas no balanço. Como a maior parte das receitas não está contemplada no balanço, surge o déficit. Ressalta-se que, segundo a 6ª edição do MCASP, este fato não representa irregularidade, haja vista que o balanço do IFSULDEMINAS compõe o BGU que, consolidado, se apresentará em perfeito equilíbrio. Em relação ao total das receitas previstas, constata-se que elas são compostas somente por receitas correntes.

A tabela abaixo evidencia a representatividade dos grupos de receitas realizadas em relação à receita prevista do IFSULDEMINAS até o terceiro trimestre de 2017.



R\$ milhares

Receitas	Receita		AV%
	Prevista	realizada	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.149,00	148.923,83	4,71
Serviços administrativos e comerciais gerais	1.284.106,00	1.188.457,69	37,63
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	145.329,00	137.822,82	4,36
Receita agropecuária	915.859,00	721.477,25	22,84
Receita industrial	1.089.449,00	911.825,69	28,87
Valores mobiliários	400.214,00	60.788,20	1,92
Multas Administrativas, contratuais e judiciais	0,00	4.630,11	0,14
Transferências correntes	0,00	-14.935,67	(0,47)
<b>Total</b>	<b>3.848.106,00</b>	<b>3.158.989,92</b>	<b>100</b>

Percebe-se que a totalidade das receitas realizadas R\$ 3.158.989,92 (três milhões, cento e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos) se refere a receitas correntes. Dentre tais receitas correntes, se destacam os Serviços Administrativos e comerciais gerais, receita industrial e receita agropecuária, que representam, 89,34% das receitas realizadas até setembro/2017. As receitas Serviços administrativos e comerciais gerais foram compostas, basicamente, pela arrecadação de serviços da secretaria, cessão de espaço físico (aluguel de cantinas), reprografia, serviços de laboratórios, dentre outros. A receita industrial são os produtos transformados na agroindústria, os derivados de leite e animal, ex: queijo, iogurte, doces, carnes defumadas, etc. Já as receitas agropecuárias se referem aos valores recebidos a título de venda de ovos, mel, leite de cabra, esterco, ovinos e caprinos vivos, dentre outros. (cantina, reprografia, papelaria, etc). Já as receitas agropecuárias. No geral, 82,09% de toda a receita estimada para o exercício de 2017 já foi realizada até o terceiro trimestre do exercício, sendo todo o valor referente à receita corrente.

#### 4.2 Despesas realizadas

No que diz respeito à composição das despesas, é importante mencionar que dos R\$ 250.916.266,00 de despesas estimadas para o exercício de 2017, somente R\$ 12.930.013,00 se referem a despesas de capital, ou seja, apenas 5,15%. Em relação à estimativa das despesas correntes, R\$ 237.986.253,00 (75,44%) se referem a despesas com pessoal e encargos sociais e R\$ 58.431.151,00 (23,28%) se referem a outras despesas correntes, tais como a própria manutenção da instituição. É possível notar que as despesas com pessoal e encargos sociais já foram quase totalmente executadas (82,52%), ao passo que somente 38,82% das despesas com investimento foram executadas. Essa discrepância nos percentuais de execução no grupo de despesa de investimentos já era esperada, tendo em vista que foram liberados até o período analisado somente 60% do orçamento previsto de investimento.

#### 5- Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

O saldo dos Restos a Pagar Não Processados inscritos no Instituto Federal de Educação do Sul de Minas Gerais, órgão 26412, em 30/09/2017 foi de R\$35.948.657,37 (trinta e cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil,

seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos).

Inscrição de restos a pagar não processados, considerando a origem do orçamento executado, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado**

Órgão Superior	Total inscrito	%
INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	24.166.772,82	67,23
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO	5.537.384,78	15,40
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	5.279.963,50	14,69
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	960.132,27	2,67
INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	4.404,00	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>35.948.657,37</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

Quanto ao total de Restos a Pagar inscritos no órgão 26412 - IFSULDEMINAS, apresentado na tabela acima, 67,23% pertencem ao orçamento do próprio órgão, enquanto 32,77% provém do orçamento de outros órgãos, conforme resumo apresentado na tabela a seguir:

**Tabela 2 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado**

Órgão Superior	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	%
INST.FED.DE EDUC.CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	24.166.772,82	19.355.656,03	18.787.086,37	257.444,56	5.122.241,89	51,11
DEMAIS	11.781.8847,55	6.863.684,23	6.726.178,96	159.272,56	4.899.433,03	48,89
<b>TOTAL</b>	<b>35.948.657,37</b>	<b>26.219.340,26</b>	<b>25.510.265,33</b>	<b>416.717,12</b>	<b>10.021.674,92</b>	<b>100%</b>

A tabela abaixo mostra a composição dos restos a pagar no IFSULDEMINAS por Grupo de Despesa. Constata-se que cerca de 78,42% do saldo inscrito se refere ao grupo Investimentos.

**Tabela 3 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: Grupo de Despesa**

Grupo de Despesa	Inscrito	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo	%
INVESTIMENTOS	21.565.261,40	15.268.524,24	7.495,06	14.819.966,46	6.737.799,88	67,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.379.863,32	10.950.816,02	405.689,41	10.690.298,87	3.283.875,04	32,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.532,65	0	3.532,65	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>35.948.657,37</b>	<b>26.219.340,26</b>	<b>416.717,12</b>	<b>25.510.265,33</b>	<b>10.021.674,92</b>	<b>100%</b>

Dos valores inscritos em restos a pagar não processados, o maior compromisso refere-se a despesa de capital - obras e instalações que estão em processo de execução. Os investimentos representam 67,23% do valor do RPNP e outras despesas correntes representam 32,77%. Os investimentos representam um valor considerável uma vez que o IFSULDEMINAS possui unidades espalhadas por diversos municípios do Sul de Minas Gerais, sendo necessários para atender a crescente oferta de ensino.

Analisando-se ainda a composição dos restos a pagar não processados constante no IFSULDEMINAS, a tabela a seguir detalha a execução por Unidade Gestora.

Como pode se depreender dos dados da tabela 4, aproximadamente de 36,39% (R\$ 13 milhões) do saldo de Restos a Pagar inscritos se concentra na unidade gestora da Reitoria, cujos recursos são destinados à efetivação das principais políticas relacionadas às atividades-fim do IFSULDEMINAS.

**Tabela 4 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Unidade Gestora**

R\$ milhões

Unidade Orçamentária	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
<b>158137</b> – IFSULDEMINAS - REITORIA	13.083.269,51	10.148.235,57	10.100.021,03	244.378,60	2.738.869,88
<b>158303</b> - IFSULDEMINAS - CAMPUS MUZAMBINHO	8.723.506,93	6.009.597,54	5.543.679,24	25.998,89	3.153.828,80
<b>158304</b> - IFSULDEMINAS - CAMPUS MACHADO	6.595.676,93	4.202.005,68	4.183.279,73	84.411,74	2.327.985,46
<b>158305</b> - IFSULDEMINAS - CAMPUS INCONFIDENTES	3.784.738,66	2.317.912,61	2.302.966,24	49.699,94	1.432.072,48
<b>154811</b> - IFSULDEMINAS - CAMPUS POUSO ALEGRE	2.177.802,78	2.148.603,51	2.045.388,18	1.439,99	130.974,61
<b>154809</b> - IFSULDEMINAS - CAMPUS POCOS DE CALDAS	900.418,69	825.425,07	777.638,57	10.741,02	112.039,10
<b>154810</b> - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS	683.243,87	567.560,28	557.292,34	46,94	125.904,59
<b>TOTAL</b>	<b>35.948.657,37</b>	<b>26.219.340,26</b>	<b>25.510.265,33</b>	<b>416.717,12</b>	<b>10.021.674,92</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Apesar de deter posição destacada em relação as demais unidades gestoras, o elevado saldo de despesas inscritas em restos a pagar não processados na Reitoria se justifica pela execução orçamentária dos *campi* Avançado de Carmo de Minas e de Três Corações e o gerenciamento do funcionamento de 6 (seis) *campi* e polos de rede para apoio a cursos presenciais ou a distância.

Os restos a pagar reinscritos em restos a pagar não processados e que até o encerramento do exercício não foram executados referem-se a materiais que ainda estão sendo entregues ou obras em execução.

Os cancelamentos de valores inscritos em exercícios anteriores; em sua maioria foram empenhos da assistência estudantil que não seriam mais utilizados.

Os saldos alongados de RPNP referente ao exercício 2012 - conta contábil 631100000, referem-se:

- 2012NE801068 Contratação de empresa especializada em construção civil com a finalidade de dar

continuidade e conclusão da construção do prédio do bloco pedagógico, entregando-o pronto, visando atender às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Passos – Vigência 30/06/2018.

- 2012NE800620 Aquisição de material permanente (ar condicionado) para o Campus Poços de Caldas, a empresa finalizou a entrega das mercadorias, restando realizar o pagamento.